

Piolho ataca em todo o Brasil mas não é considerado epidemia

Vitória — Foto de Jonas Reis

Entre as epidemias e problemas que afetam o Brasil, certamente a mais demorada é a pediculose, nome científico dado aos conhecidos piolhos, que hoje preocupam as famílias brasileiras de todas as rendas e regiões. Sem discriminar raça, classe social e meio-ambiente, eles estão atacando em todo o país. Mas se já está longe o tempo em que as mães da classe média se assustavam quando seus bem-cuidados filhos chegavam em casa coçando desesperadamente as cabeças, também não há qualquer indício de que o problema esteja para ser solucionado.

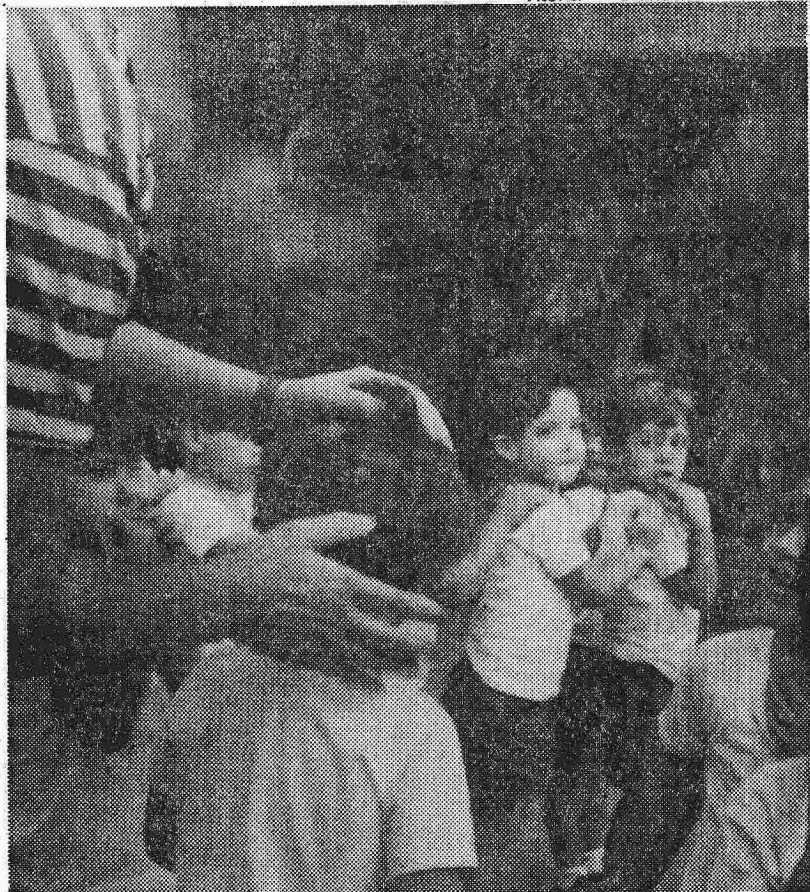
Para a grande maioria das Secretarias de Saúde, o piolho ainda não é um caso prioritário de saúde pública. Sem campanhas de tratamento a nível geral, a doença acaba ficando aos cuidados das famílias e das escolas. E a única diferença gritante, de região para região, é o período em que o surto se manifesta com mais intensidade. "O piolho não é uma prioridade da Secretaria", explica Lauro Ferreira Pinto, do Departamento de Ações Básicas da Secretaria de Saúde do Espírito Santo. Na semana passada, foi justamente em Vitória que inúmeras escolas começaram a exigir uma atuação do Governo ante o problema, já que ele se tornara incontornável.

Pesquisa

Mas em meio ao descaso das secretarias em relação à doença, existem também as exceções, como o inédito estudo que a Secretaria de Saúde de Belo Horizonte está financiando. Preocupado com o assustador crescimento do piolho nos últimos 15 anos, Pedro Marcos Linardi, professor de parasitologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, iniciou em outubro passado um estudo sobre a doença. A pesquisa examinou, em sua primeira etapa, 35 quilos de cabelos, cortados em 475 salões de todos os bairros da capital mineira. Sua conclusão é de que o piolho infesta hoje 60% das crianças da rede municipal de ensino e 70% da rede estadual, o equivalente a 223 mil 500 alunos.

Segundo Pedro Linardi, quando o estudo tiver terminado, em agosto, será entregue à Secretaria para que esta inicie campanhas municipais de combate à doença. A parte a pesquisa, a Secretaria de Saúde de Belo Horizonte já começou a testar produtos caseiros, como sabões feitos com ervas em escolas da periferia. Também entre as exceções está a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porto Velho que decidiu lançar uma campanha para combater o piolho nas escolas. A temporada de proliferação do inseto no Estado é de julho a agosto e a Secretaria vai assistir 43 escolas da zona urbana e 126 na zona rural, utilizando basicamente remédios caseiros. O melhor processo, segundo a Secretaria, é um xampu feito a base de coco e suco de limão usado durante três dias. Existe também uma preocupação em educar a população para não usar inseticidas como Neocid, que pode provocar danos nas crianças.

Apesar de não de desenvolver uma campanha específica, a Secretaria de Saúde do Paraná orientou a Secretaria de Educação sobre a necessidade de manter em cada escola uma professora especializada em saúde. Esta professora também é treinada no atendimento aos casos de piolho, que são tratados com produtos naturais: óleo no couro cabeludo e, em seguida, o uso de pente fino. Mais tarde, para combater as lêndeas, a cabeça é lavada com vinagre.



Em Vitória, a campanha é iniciativa dos professores

Há também o caso de Rio Branco, onde a Secretaria de Saúde desencadeou uma campanha de combate aos piolhos em 1983, mas devido aos poucos resultados, acabou desistindo. Para o Secretário de Saúde do Acre, José Alberto de Souza Lima, o problema é cultural. Segundo ele, a população local encara o piolho de uma forma "natural" e a prática de "catar" — o mais usado no combate à doença — faz parte do seu cotidiano. A mãe sentada na soleira da porta, no final da tarde, com o filho ao colo "catando piolho" é uma cena típica da região.

Nas comunidades indígenas do Alto Rio Negro, onde o piolho é uma presença comum, algumas nações, como a Maku, têm hábitos ainda mais interessantes, se olhados do ponto de vista da classe média urbana. As meninas índias não apenas se limitam a catar os bichinhos, mas também os comem naturalmente. É quase uma brincadeira, na qual as crianças passam um bom tempo de seus dias.

No resto do país, no entanto, onde a epidemia se alastra sem que seja encarada como parte de alguma brincadeira, não existe qualquer planejamento de possíveis campanhas contra a doença. E há inclusive três cidades — Salvador, João Pessoa e Goiânia — onde as autoridades sanitárias e educacionais disseram que tudo está sob controle.

Pelotão de saúde

Enquanto não se realiza um planejamento em termos municipais ou estaduais, algumas escolas começam a criar mecanismos para o combate à doença. Na Escola Saltimbancos, em Olinda, frequentada por filhos dos intelectuais e políticos, foi criada uma Comissão Permanente de Saúde, formada por pais médicos. A Comissão faz várias vezes ao ano tratamento coletivo, aplicando algum xampu ou sabonete para acabar com os piolhos. Também em Brasília, em uma escola da Superquadra 302 Norte, fre-



quentada por filhos de funcionários públicos e crianças que moram no Lago Norte, da alta classe média, foi formado um pelotão de saúde. Mas, ao contrário do colégio pernambucano, o pelotão é constituído pelas próprias crianças da escola, que são integradas na campanha de combate aos piolhos.

Mas mesmo estas experiências são fenômenos isolados. A maioria das escolas em todo o Brasil se limita a mandar circulares pedindo aos pais dos alunos providências. E estes, depois de algumas trágicas experiências, estão partindo para o combate à base de produtos naturais. Usados repetidas vezes, muitos dos medicamentos começaram a provocar reações alérgicas.

Luiza Moraes, mãe de duas alunas do Instituto Helena Lubienska, localizado em um bairro de alta classe média do Recife, conta que usou, a conselho da escola, sabão de puritate. Uma de suas filhas teve uma reação alérgica que a deixou imobilizada, sem condições sequer de abrir os olhos, por uma semana.